



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PEDAGOGIA

BÁRBARA DA SILVA BITTENCOURT GOMES

**OS TEXTOS DA TRADIÇÃO ORAL NA ALFABETIZAÇÃO DE
IDOSOS**

Salvador

2011

BÁRBARA DA SILVA BITTENCOURT GOMES

**OS TEXTOS DA TRADIÇÃO ORAL NA ALFABETIZAÇÃO
DE IDOSOS**

Monografia apresentada ao Curso de graduação em Pedagogia, da Faculdade de Educação (FACED), Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Mary de Andrade Arapiraca

Co-orientadora: Prof.^a Mestre Liane Castro de Araújo

Salvador

2011

**TEXTOS DA TRADIÇÃO ORAL NA ALFABETIZAÇÃO DE
IDOSOS**

BÁRBARA DA SILVA BITTENCOURT GOMES

Prof^a. Dra. Mary de Andrade Arapiraca

ORIENTADORA

Prof^a. Mestre Liane Castro de Araújo

EXAMINADORA

Prof^a. Mestre Raquel Nery Bezerra

EXAMINADORA

SALVADOR – BAHIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

2011

AGRADECIMENTOS

Obrigada, meu Deus! Pela oportunidade da vida e por permitir que sentimentos de perseverança, resignação, amor, fé e esperança me guiassem durante esta jornada acadêmica.

Obrigada minha mamãe Juçara, razão da minha felicidade e sentido do meu viver, por todo o seu amor e dedicação.

Obrigada, a minha família, principalmente a minha vó Dinorá, que de uma forma ou de outra me apoiaram em situações difíceis.

Agradeço aos meus amigos fiéis que acreditaram em mim e torceram pela realização desta conquista.

Aos meus mestres, em especial minha orientadora Marynha e Lica, por alimentarem a minha alma de conhecimento e sabedoria, pelas orientações e exemplos de vida.

Enfim, obrigada enfim a todos que contribuíram para a minha vitória e que me emanaram boas vibrações!

“Viver!

E não ter a vergonha de ser feliz!

Cantar e cantar e cantar

E não ter a vergonha

De ser um eterno aprendiz!”

Gonzaguinha

RESUMO

A presente monografia discorre sobre os textos da tradição considerados como gêneros orais que favorecem a alfabetização e contemplam o letramento em turmas de idosos. Através do levantamento bibliográfico, destacamos como autores que serviram de referenciais: Soares (1998, 2001, 2003, 2004), Coutinho (2003, 2005), Moraes (2005), Marcushi e Dionisio (2007), Zumthor (1997), Araújo (2011) entre outros. No primeiro momento realizou-se uma análise dos conflitos biológicos e sociais vividos pelos idosos no Brasil e os motivos pelos quais se colocam no papel de aprendizes. No segundo desenvolveu-se abordagens sobre questões em discussão que envolve os termos alfabetização e letramento, assim como as implicações de cada processo para a educação, seguido de abordagens acerca de um trabalho pedagógico na perspectiva construtivista, visando uma alfabetização efetiva e competente. Já no terceiro momento, sugeriu-se com base na concepção proposta incorporar os textos da tradição oral às práticas de alfabetização considerando as relações entre oralidade, escrita, ludicidade e tradição popular já que são gêneros orais que se articulam com estes aspectos. A partir disto, foram evidenciados motivos que tornam esses gêneros favoráveis para apropriação da leitura e escrita. Consideramos como textos da tradição oral adequados para alfabetização de idosos os provérbios, ditos e ditados populares, parlendas, acalantos e adivinhas, e assim analisamos suas funções e usos na sociedade, e sugerimos atividades com estes textos. Concluiu-se ao final desta monografia que os textos da tradição oral, além de serem gêneros de grande circulação nas interações sociais associados as suas características discursivas, privilegiam de forma significativa e efetiva o processo de alfabetização e letramento.

Palavras – chaves: idosos – alfabetização – letramentos – textos da tradição oral.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
2. O IDOSO NO PAPEL DE APRENDIZ.....	11
3. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: SUAS RELAÇÕES.....	16
3.1. Alfabetização: uma breve incursão histórica.....	17
3.2. Letramento: uma prática que autonomiza o alfabetizando.....	20
3.3. Alfabetização com idoso em um paradigma construtivista.....	23
4. ALFABETIZAÇÃO A PARTIR DE TEXTOS DE TRADIÇÃO ORAL.....	27
4.1. Oralidade e escrita.....	27
4.2. Oralidade, ludicidade e tradição oral.....	32
4.3. Textos da tradição oral na alfabetização de idosos.....	35
4.3.1. Provérbios, ditos e ditados populares.....	40
4.3.2. Parlendas, acalanto e advinha.....	42
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
6. REFERÊNCIAS.....	52

INTRODUÇÃO

Já se tem consciência do crescimento da população idosa no Brasil consequência do aumento da expectativa de vida.

Com a Lei 8.842 de 04/01/1994 sobre Políticas Nacional do Idoso e com o Estatuto do Idoso Lei nº 10741/103 surgiram mais práticas de políticas públicas de valorização da população nomeada eufemisticamente de terceira idade. Muitos idosos sentiram-se motivados e impelidos a reinserirem-se na sociedade, quer seja no mundo do trabalho, da educação, do esportes quer seja nas redes sociais ofertadas no universo virtual.

No caso do âmbito educacional, vários programas de alfabetização e educação continuada foram consolidados, ampliando a faixa etária do segmento da Educação de Jovens e Adultos - EJA, de adultos para pessoas com mais de 60 anos, que tinham como objetivo principal resgatar conhecimentos e capacidades que deveriam ter sido desenvolvidos na escola ou em outras etapas de suas vidas.

Algumas instituições que desenvolvem atividades direcionadas para idosos acabam também promovendo ações ligadas à educação como no caso do Serviço Nacional do Comércio, que aqui em Salvador oferece classes de alfabetização. Inclusive o interesse em refletir sobre práticas que privilegiassem o processo de alfabetização de idosos surgiu durante o estágio realizado em uma turma nessa instituição.

Diante das experiências vividas nesta turma mais o estudo de pesquisas sobre esta modalidade de educação, tornou-se relevante a reflexão sobre práticas que fossem significativas no processo de apropriação da leitura e escrita e ao mesmo tempo motivacionais e prazerosas. E que, com isso, pudessem proporcionar um ambiente acolhedor, lúdico possíveis de interações sociais, trocas de conhecimentos e de aquisição de novos saberes e conseqüentemente, apropriado para amenizar os conflitos específicos de turma de idosos, como o constrangimento, dificuldade de lidar

com o desconhecido, de expor as suas ideias, do preconceito, do medo de não ser compreendido e de não superar suas limitações entre outros.

A minha inserção em um grupo de idosos foi importante para que eu percebesse que esse público busca, através do conhecimento, uma valorização humana, um reconhecimento social. Querem aprender a ler e a escrever com a intenção de interagirem em qualquer que seja o meio social e para exercerem a sua cidadania perante a família e a sociedade.

Com isto a sociedade tem que estar atenta a esta parcela da população que ainda é ativa e disposta a contribuir com o desenvolvimento social, cultural e político da sua nação.

É de extrema relevância refletir e discutir sobre práticas pedagógicas que viabilizem e qualifiquem a educação voltada para alunos da terceira idade, desmitificando inclusive conceitos relacionados a estes sujeitos. Pensamos então nos textos da tradição oral, que são gêneros da linguagem oral que valorizam a cultura e resgatam memórias afetivas.

Assim numa perspectiva de se alfabetizar e letrar, ou seja, utilizando-se de textos que circulam nas interações sociais para refletir sobre o nosso sistema alfabético, tentaremos discutir se os textos da tradição oral como aquele que podem favorecer o processo de apropriação de leitura e escrita em turmas de terceira idade, assim como já vem acontecendo em turmas de alfabetização de crianças.

A proposta é compreender a importância cultural e lúdica dos textos da tradição oral nos processos educacionais mais amplos do trabalho educativo com idosos, assim como as suas implicações no processo de alfabetização.

Para isto, determinados questionamentos devem ser abordados para que possamos alcançar a intenção desta reflexão, tais como:

1. Qual o papel destes textos no processo de apropriação da leitura e da escrita?
2. Como estes textos são importantes na alfabetização?

Assim, estabelecemos os seguintes objetivos:

- Evidenciar a relação da oralidade com a escrita, visto que estes textos são originados de práticas orais;
- Identificar as características, os usos e funções dos textos da tradição oral na sociedade;
- Identificar quais destes textos são adequados para os idosos;
- Demonstrar através de atividades propostas como estes textos podem auxiliar no processo de alfabetização e letramento.

Para respondermos aos questionamentos citados acima recorreremos à pesquisa bibliográfica construída a partir de livros, artigos científicos e internet através de sites, blogs, teses, revistas e vídeos. Conforme Cervo e Bervian (1976): “[...] qualquer tipo de pesquisa em qualquer área do conhecimento, supõe e exige pesquisa bibliográfica prévia, quer para o levantamento da situação em questão, quer para fundamentação teórica.”

Assim o presente estudo além da introdução se organiza em três capítulos. O primeiro aborda questões relativas aos idosos, como as especificidades, os conflitos vividos tanto os biológicos quanto os sociais desta fase da vida e as suas expectativas como aluno. Sem a pretensão de um estudo mais abrangente sobre aprendizagem destes sujeitos nem de definir como únicas as características ligada às turmas de idosos.

No segundo capítulo apresentamos reflexões sobre questionamentos ainda em discussão acerca dos termos alfabetização e letramento, a partir daí analisarmos estes dois processos abordando seus conceitos, características, suas mudanças de perspectivas, as suas relações e implicações para a educação sempre considerando a proposta de base construtivista referendada na teoria da Psicogênese da escrita, e o trabalho pedagógico com práticas que contemplem o letramento.

No último capítulo justificamos a importância da utilização dos textos da tradição oral na alfabetização de idosos. Entretanto, antes destacamos as relações entre a oralidade e escrita, a ludicidade e a tradição oral, assim

como as suas características, conceitos, funções sociais, como gêneros orais de intensa circulação dentro da sociedade. Com isso, buscou-se sugerir e discutir como atividades com estes textos privilegiam o processo de apropriação da leitura e escrita.

Na conclusão enfatizamos a relevância e as implicações da utilização dos textos da tradição oral no processo de alfabetização em turma de idosos.

Assim este estudo representou uma possibilidade de possíveis re-significações e construções de ideias ligada à temática, tão complexa e rica, que nos levou a refletir sobre os textos da tradição oral com um olhar mais crítico que comumente recorremos nas atividades em sala de aula, mas sem se atentar sobre as suas funções dentro da sociedade. Além de ter nos dedicado de forma mais reflexiva aos assuntos como: oralidade, cultura popular e ludicidade que são também tão importantes e pertinentes para a educação, e que contribuem para a formação do educador.

2- O IDOSO NO PAPEL DE APRENDIZ

Com base nas reflexões sobre estudos realizados com turmas de alfabetização de adultos e idosos que existem em diversos programas tanto do governo quanto de instituições educacionais, percebemos que não se trata apenas de uma questão relacionada à erradicação do analfabetismo existente em nossa sociedade. Mas, também em mais um espaço de inclusão e reinserção social.

Sabemos que entre as funções da escola uma delas é transmitir determinados conhecimentos que serão fundamentais para exercermos nossos direitos e deveres como cidadãos, assim como possibilitar a participação ativa dos processos de desenvolvimento e transformações sociais e culturais que ocorrem dentro da sociedade.

Entretanto, existe aquele que não conseguiu passar pela escola recorreu aos conhecimentos adquiridos pelas vivências e experiências da vida para poder viver em um meio social, que por sua vez exige muito mais do que a sabedoria de vida.

Podemos constatar em muitas pesquisas realizadas sobre o ensino de idosos as principais causas da privação dos estudos, como: a falta de recursos que ocasionava na necessidade de trabalhar para o sustento da casa; a falta de escolaridade dos pais que não valorizavam a permanência da criança na escola, inclusive no curta-metragem “*Vida Maria*” (2006) realizada pelo Governo do Estado do Ceará retrata de forma realista e abrangente esta questão; as ausências de escolas nos lugares aonde viviam, existindo muitas vezes apenas em lugares distantes o que acabava gerando a evasão escolar; a formação de família precoce em que na maioria dos casos por conta da ideologia machista os maridos não permitiam a mulher escolarizada.

Por conta destas situações, uma parte dos idosos que formam as turmas de alfabetização passaram por privação da infância, do trabalho

infantil, que foram vítimas do descaso das ações públicas, do preconceito pelas mulheres, de pobreza, de sofrimento e alguns até mesmo por situações de violência simbólica, constituindo-se assim o perfil deste tipo de turma.

A turma que tivemos a oportunidade de acompanhar é na sua maioria composta por sujeitos entre 60 a 80 anos, tendo mais mulheres do que homens, vindo das cidades do interior, do espaço rural, que se casaram muito cedo e tiveram mais de cinco filhos. Algumas nunca chegaram a ingressar no mundo formal, dedicando-se a casa, aos filhos e marido. Porém muitas trabalharam como costureiras, cozinheiras, empregadas domésticas ou até mesmo serviços gerais. Os homens a incidência maior era no trabalho da construção civil, assim como também carpinteiro, pintor, porteiro, caseiro, motorista e afim.

Já seus filhos raramente existem alguns que não saibam ler e escrever, mesmo que não tenham muito estudo, ao ponto de não poderem ensiná-los. Mas o que concluímos é que mesmo diante de muitas dificuldades e a falta de estudo, seus pais viabilizaram a ida deles para a escola, demonstrando a importância que os estudos possuem para conseguirem ter uma profissão e, conseqüentemente, uma vida melhor. Diferentemente deles que o sentido de se alfabetizar já não se encaminha mais para a aquisição de conhecimento visando o ingresso no mundo profissional.

Diante de todas estas questões que envolvem o contexto das salas de alfabetização refletimos sobre o seguinte questionamento: O que faz o idoso se colocar no papel de aluno?

O que acontece é que ainda existe uma desvalorização das pessoas idosas analfabetas. A velhice ainda está associada a concepções preconceituosas, e as pessoas que não sabem ler e escrever são mais discriminadas, pelo menos é o que dizem, logo, o que sentem.

As demandas exigidas pela sociedade entram em confronto com as perdas naturais do processo de envelhecimento. Como nos diz Medeiros (1998 apud SILVEIRA 2009, p.14): “Numa sociedade em que o mito é a

juventude, a beleza e a força física, ser velho é contrastivamente, ser feio, fraco e principalmente, improdutivo.”

Atualmente, com o aumento da expectativa de vida no Brasil chegamos até ouvir expressões como “os novos velhos” ou “nova configuração dos idosos”, usadas para designar a mudança de comportamento por esta parcela da população que mesmo após alcançarem a idade para o aposento continuam trabalhando ou até depois da aposentadoria ainda continuam em busca de emprego. Entretanto, o idoso ainda é muito visto como um ser cansado, desmotivado, sem perspectivas, metas, objetivos e conquistas para o futuro.

As próprias mídias de comunicação ainda utilizam-se da figura do idoso de forma satíricas e estereotipadas, contribuindo com o fenômeno da exclusão dos idosos em diversos contextos sociais, até mesmo no ambiente familiar, especialmente, tratando-se de idosos analfabetos, que por sua vez fazem parte das classes sociais menos favorecidas. Ou seja, além de sofrerem o preconceito com a velhice, sofrem também por não saberem ler e escrever, por serem pobres e por serem velhos.

Inclusive o preconceito existe nos próprios idosos, que se consideram incapazes e sem importância, ou seja, se apropriam destas ideias validadas pela sociedade e tomam como verdade. De onde surgem o medo e a resistência ao que não é comum a sua idade. Estabelecendo assim mais um desafio: a desconstrução deste juízo sobre si mesmo.

Além destes conflitos associados às questões sociais, existem também as mudanças cognitivas como: a perda da memória, da destreza, da motricidade e as deficiências sensoriais, ocasionando a redução da autonomia, o que gera as dependências.

Com base nesses elementos que identificamos no grupo W o senso comum nos aponta que a busca pela valorização pessoal e o desejo de inserção social sejam os principais motivos que levam aos idosos ocuparem o lugar de aprendizes. Principalmente no caso dos idosos que querem ser alfabetizados, pois o ato de aprenderem a ler e escrever e poder fazer uso

desta prática implica em um saber de grande valor para a sociedade e requisito para muitas ações e interações cotidianas.

Daí relacionada à questão da valorização pessoal percebemos que estão inerentes a recuperação da auto-estima, da admiração da família, de demonstrar que é capaz de adquirir um conhecimento e poder passá-lo para seus familiares.

Além disso, existe a procura por outros meios de convivência e interação e, nessa esteira, consideram a escola ou o espaço educacional a possibilidade de fazer novas amizades, ocupar o tempo ocioso, de higiene mental, de trocas de experiências de vidas, um refúgio do descaso da família ou até como uma forma de curar e prevenir as doenças, muitas vezes associadas à depressão. Nesse sentido, aluno idoso vê no começo ou na volta ao estudo mais que uma oportunidade de aprender aquilo que lhe foi negado na idade adequada, uma possibilidade de se manter de alguma maneira ativo. Vê na escola um local que será aceito, entendido e valorizado. Se sente útil, encontra um espaço para falar sobre sua história de vida, sobre suas frustrações e até sonhos, sem se sentir ridicularizado.

Com isto é fundamental pensarmos em um ensino que reconheça e reflita sobre as particularidades que envolvem o ensino de turmas de idoso. Para que aprendizagem ocorra de forma efetiva e significativa devemos considerar suas histórias de vida e todas as questões tanto sociais quanto cognitivas que vão além da aprendizagem de leitura e escrita, valorizando seus saberes e potencializando as suas habilidades e capacidades.

Diante disto para propormos práticas para alfabetização de idosos, que o foco desta reflexão é necessário pensarmos sobre o ato de alfabetizar e letrar e as suas implicações no processo de aprendizagem.

3. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: SUAS RELAÇÕES

Para iniciarmos uma reflexão sobre o processo de alfabetização, se faz pertinente trazermos algumas questões que permeiam o âmbito de discussão da temática. Uma delas é a compreensão da distinção entre os termos alfabetizar e letrar, as suas relações e, com isso, suas implicações no processo de aprendizagem de alunos que serão alfabetizados. A alfabetização e o letramento são processos específicos, que possuem suas peculiaridades, porém devem ocorrer concomitantemente, para que resulte em uma alfabetização significativa e completa, formando cidadãos que tenham propriedade e autonomia da sua escrita e leitura, e possam exercê-las dentro da sociedade.

Nessa perspectiva, alfabetização está relacionada à apropriação do funcionamento do sistema notacional e a compreensão das suas propriedades, considerado como um objeto de conhecimento, que engloba a construção de processos fonológicos e lexicais, conceituais e complexos.

Então, quando o sujeito se apropria destes processos e passa a ler e escrever, é necessário que saiba usá-los e colocá-los em prática, validando a função social e política da alfabetização. E, assim incorporando outro objeto de conhecimento, que se refere ao processo de letramento, e que demanda a compreensão de outros conceitos e funcionalidades, ligados também à linguagem. Segundo, Soares (2004 apud MONTEIRO e BAPTISTA, 2009, p.30)

[...] Ter-se apropriado da escrita é diferente de ter aprendido a ler e escrever; aprender a ler e escrever significa adquirir uma tecnologia, a de codificar em língua escrita e decodificar a língua escrita, apropriar-se da escrita é tornar a escrita própria, ou seja, assumi-la como sua propriedade.

Com isto, entendemos que alfabetização e letramento não necessariamente ocorrem juntos, visto que são processos independentes,

porém articulados. Podemos observar práticas de alfabetização que não focalizam o ato de letrar, assim como, muitas vezes, por outro lado, por uma questão de entendimento equivocado de teorias sobre aprendizagem da leitura e escrita, há práticas focadas no letramento que acabam por ignorar a aquisição do sistema de escrita alfabética, abordando apenas o letramento. No meu entendimento, como no de alguns estudiosos da questão, é essencial que tanto a alfabetização como o letramento estejam presentes nas práticas das salas de alfabetização.

Mesmo existindo uma diferenciação entre os processos de alfabetização e letramento, para que o sujeito possa usufruir da função social da escrita e da leitura, de forma efetiva e significativa, a alfabetização é requisito importante, pois o domínio da tecnologia da língua escrita amplia as possibilidades de participação nas práticas letradas e permite a autonomia de leitura e escrita do sujeito.

Após essas reflexões sobre os processos de alfabetização e letramento, podemos entender a alfabetização como a apropriação do sistema notacional alfabético, assim como a compreensão de todos os processos que a englobam, não a restringindo apenas ao ato de identificar e reconhecer as relações grafofônicas. E o letramento é a prática deste conhecimento adquirido sobre a linguagem (oral e escrita) o que possibilita o sujeito explorar as suas funcionalidades e as suas diversas formas dentro da sociedade. A apropriação da língua escrita se dá, assim, por dois processos, como ratifica Soares (2004, p. 14):

[...] pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização - e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvam a língua escrita - o letramento.

3.1. Alfabetização: uma breve incursão histórica

A idéia de alfabetização acompanha a própria invenção da escrita, conforme ressalta Cagliari (2006). A partir disso, a intencionalidade do processo de alfabetização sofreu e sofre modificações e influências de épocas e contextos sociais.

Inicialmente, era proposta para fim religioso, somente no começo do século XVI, com o objetivo de escolarizar. A partir daí, o principal recurso didático utilizado para alfabetizar eram as cartilhas de cunho religioso, logo depois, quando as rezas deixaram de ser o principal objetivo a ser aprendido, vieram às cartilhas com foco em frases feitas sem sentido, tendo o texto apenas a função de aperfeiçoar a leitura. Não existiam reflexões sobre o processo de alfabetizar.

Contudo, a alfabetização passou a ser compreendida como uma função social, de possibilitar ao sujeito um crescimento profissional, ou seja, dependia da escolaridade para se ter uma profissão e uma ascensão social. Tornando-se, assim, também uma questão da máquina governamental.

Daí surge a preocupação de como a escola e, principalmente, os professores, conseguiriam alfabetizar e com êxito. Neste contexto, já com discussões no âmbito acadêmico, surgiram às metodologias, com base nos diversos métodos, tais como: os sintéticos, os analíticos e os analítico-sintéticos, foram apresentados como uma forma de resolver os eventuais problemas ligados a alfabetização, inclusive este pensamento ainda é perpetuado em escolas, que acreditam que alfabetização se resume a questão de métodos.

Como esses métodos utilizavam-se das cartilhas, partindo, às vezes, de unidades menores para depois chegar ao texto, sem considerar qualquer conhecimento do aluno, investindo no ato de memorizar, no desenvolvimento de percepções motoras e visuais, consideravam, assim o sistema convencional como um código a ser gravado.

Diante disto, no começo dos anos de 1960, Paulo Freire questiona as concepções desses métodos, e traz uma importante contribuição para a

aprendizagem da leitura e escrita, ao propagar o seu método, que partia de uma palavra do cotidiano do alfabetizando, ou seja, com um significado real.

Assim, em seu método, Freire entendia que o aluno trazia um conhecimento do mundo e suas experiências vividas deveriam ser levadas em consideração durante o processo de aprender a ler e escrever, e com isto, torná-los críticos e conscientes da sua realidade. Diferentemente, de uma alfabetização baseada em métodos que não potencializava o sujeito para se posicionarem perante a sociedade.

Paulo Freire trouxe à luz um dos aspectos da alfabetização: o desenvolvimento da compreensão do mundo, de questioná-lo e de transformá-lo. Assim, o ato de alfabetizar é segundo Freire (1979 apud LEITE e DUARTE, 2007, p. 42)

[...] alfabetizar é valorizar a sabedoria resultante das experiências culturais locais do alfabetizando, possibilitando que ele avance para além de suas crenças em torno de si no mundo e de si com o mundo.

Já na década de 1980, surgiu a contribuição da psicolinguística, com pesquisas que trouxeram conceitos e pensamentos inovadores em relação à aprendizagem de leitura e escrita.

Pesquisadoras como Ana Teberosky e Emilia Ferreiro divulgaram afirmações que contestavam as práticas que ocorriam nas escolas relacionadas ao ato de alfabetizar, que tinham como base a memorização, a cópia e o ditado de frases e textos totalmente sem sentido para o alfabetizando, ainda com o uso de cartilhas, apoiadas em métodos instituídos.

Segundo a teoria da Psicogênese da Língua Escrita, a escrita alfabética é um sistema notacional, um objeto de conhecimento que demanda reflexões por parte do aluno, ou seja, um entendimento do que se nota. Não simplesmente codificar e decodificar, decorando letras, partes e depois palavras, artificiais e sem significado. E assim, ignorando o

conhecimento que o sujeito traz sobre a escrita e leitura, acreditando que só poderiam ter contatos com textos quando já soubessem ler e escrever.

Tudo isto foi alvo de questionamento, dando espaço a uma outra perspectiva em relação aprendizagem da língua escrita, que outrora tinha a visão empirista da aprendizagem da tecnologia da leitura e escrita. Diferentemente da psicogênese, que teve suas formulações baseadas na concepção construtivista, entendendo como a criança pensava sobre a leitura e a escrita e, partir disto, como se apropriava desta aprendizagem.

A alfabetização é um processo complexo e que já passou por diversas transformações, que refletem até hoje diretamente nas salas de aula e por consequência na formação dos cidadãos.

E, a meu ver deve estar sempre no centro das discussões, pois é um instrumento de manutenção, inserção e transformação social, política e mental, que estrutura uma sociedade em desenvolvimento, em específico, do nosso país, que ainda mantêm altos índices de analfabetismo.

Por isto, o ato de alfabetizar não se resume a questão de usar ou não métodos. Mas sim, em entender o seu objeto de conhecimento, de como o sujeito o concebe e como ocorre o seu processo, e assim, planejar práticas que possam intervir e mediar o aprendizado do aluno. Para isso, é necessária a compreensão do seu significado de forma abrangente e, sobretudo, de suas implicações para a sociedade.

3. 2 Letramento: uma prática que autonomiza o alfabetizando.

Entre os vínculos sociais que os sujeitos estabelecem entre si, não há dúvidas que a linguagem exerce uma função determinante.

É através da linguagem que sujeitos comunicam-se, expressam-se, realizam trocas de conhecimentos, se identificam e assim, estabelecem sua convivência dentro de um meio social.

Como existem várias formas de fazer uso da linguagem escrita é necessário experimentá-la em suas diversas possibilidades, aprendendo a utilizá-las no exercício do uso. Isso porque, aquele que busca a linguagem tem uma intencionalidade, ler e escrever tem sempre fins determinados, quer seja para obter uma informação ou informar-se, para organizar-se como uma maneira de memorizar suas demandas cotidianas ou até mesmo para encontrar-se diante de suas inquietações pessoais, recorrendo-se, a exemplo, da literatura, poesia, música, romance e outros, desenvolvendo assim sua dimensão estética, como ser humano.

Assim, junto com as discussões relacionadas aos métodos, que não conseguiram por fim ao fracasso escolar das séries de alfabetização, surgiram os novos paradigmas sobre aprendizagem da leitura e escrita e conseqüentemente, uma forma mais abrangente de compreender o processo de alfabetização.

Se antes para ser considerado alfabetizado, bastava apenas ler e escrever o próprio nome, agora diante das mudanças em relação ao conceito de alfabetização, entendemos que só aquisição da escrita e da leitura, sem o desenvolvimento da apropriação dos usos mais abrangente da leitura e escrita nas práticas sociais, não caracteriza um sujeito alfabetizado com autonomia.

O indivíduo no seu cotidiano se depara com diversos tipos de textos, tais como: receita, bula de remédio, lista de compras, revistas, jornais e etc., criando sua cultura em relação à leitura e escrita. Mesmo aquelas pessoas que não estão alfabetizadas, possuem um grau de letramento, que vai variar dependendo do contexto social e do seu contato com as práticas sociais que envolvem a leitura e escrita, nos ensina Soares (2004b). Então, o aprendiz escolar já traz consigo conhecimentos sobre a língua escrita e oral. E, no caso de pessoas adultas, até idosas, supõe-se que esse conhecimento seja até maior, em consequência de uma bagagem maior de experiências e sabedorias, adquiridas ao longo da vida. No geral, os adultos sabem que outdoors são usados para propaganda, ou que na sua carteira de gratuidade

dos serviços de transporte tem suas informações para sua identificação, que no jornal impresso há notícias recentes dos acontecimentos locais – desabamentos com as chuvas, inauguração de obras, etc. e nacionais como o estado de saúde do ex-presidente, as obras da copa do mundo, e assim por diante. Ou seja, mostram que, de certa maneira, já entendem as funções que a linguagem exerce, obvio que ainda de uma forma parcial.

Segundo Soares (1998 apud BAPTISTA e MONTEIRO 2009, p.30), através do letramento, pode-se atestar “... o estado ou condição que cada indivíduo ou grupo de indivíduos passam a ter a partir da aquisição da língua escrita”. Contudo, para uma pessoa adquirir essa *condição de letrado* é necessário que determinadas situações ocorram e mantenham relações entre si. Sendo estas: o contato com pessoas que sejam letrados, a possibilidade de vivência em âmbitos que oportunizem o letramento e, principalmente, garantir o desenvolvimento da aquisição da tecnologia da leitura e escrita, pois, alfabetização e letramento são processos independentes, mas complementares. Como nos diz Soares (2004, p. 14):

Não são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: a alfabetização desenvolve-se no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só se pode desenvolver no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização.

O indivíduo pode ter contato com práticas de leitura e escrita no seu ambiente de trabalho, na família ou nos lugares que fazem parte de sua rotina. Mas, é a escola que deve assumir a responsabilidade de adotar práticas que contemplem tanto o ato de alfabetizar quanto o de letrar, já que é um ambiente institucionalmente a isso destinado; e também, por ter o papel de formar cidadãos críticos e conscientes, aptos a conviver dentro de uma sociedade. Nesse compromisso de não apenas alfabetizar, mas de letrar os indivíduos a responsabilidade da escola é tão maior quanto menor for o grau de letramento familiar dos sujeitos atendidos.

E é através da prática do letramento que o sujeito cria autonomia para interagir em qualquer meio onde a escrita e a leitura estejam presentes e, considerando que dentro na nossa sociedade os mesmos assumem um papel de domínio, um sujeito letrado, por certo, tem mais possibilidade de poder interpretar, expressar suas ideias, questionar, ressignificar conceitos, usufruir das mudanças que a sociedade oferece, tais como as tecnologias, tanto para um desenvolvimento profissional como pessoal; e com isto posicionando-se como um ser político e sociável.

Por fim, aquele que consegue perpassar por todas as dinâmicas que a linguagem escrita e oral oferece, de forma que consiga interagir e inserir-se nas situações que necessite fazer uso delas, é considerado letrado.

3.3. A alfabetização com idosos em um paradigma construtivista.

A partir das afirmações feitas nos tópicos anteriores, compreendemos que as novas concepções sobre a alfabetização modificaram o modo como se dá o ato de alfabetizar, assim, como outros aspectos tornaram-se relevantes para o êxito deste processo.

Com base nos métodos instituídos, como já frisamos anteriormente, a rotina do alfabetizando era composta por atividades que recorriam às cópias, cartilhas, ditados, visando fixar sons e letras, a escrita arbitrária, sem considerar as experiências vividas pela pessoa e seu conhecimento adquirido antes de entrar na escola, como ratifica Coutinho (2005, p. 49):

[...] a escrita era uma maneira particular de **notar** a linguagem e que o sujeito em processo de alfabetização já possuía considerável conhecimento da sua língua materna.

Então, partindo dos pressupostos da teoria da Psicogênese da Língua Escrita, temos como ideia central a de que para aprender a ler e a escrever é primordial que o sujeito reflita sobre o *sistema notacional* - *Sistema de Escrita*

Alfabética (SEA), como um objeto de conhecimento que demanda a compreensão do seu funcionamento e de seus significados. Porém, para que isso aconteça é necessário oportunizar a prática da escrita e leitura, explorando os diversos gêneros e tipos textuais e, conseqüentemente, suas funções na sociedade.

É nesta perspectiva que durante o processo de aquisição da leitura e escrita, o aprendiz caminha por momentos aonde nos quais a escrita é representada pela forma que é entendida, como afirma Teberosky e Colomer (2003 apud p.50)

[...] a princípio, não se estabelece uma relação entre as formas gráficas escrita e os significantes das palavras (hipótese pré-silábica). Em seguida as crianças constroem hipóteses de fonetização da escrita, inicialmente, relacionando os símbolos gráficos às sílabas orais palavras (hipótese silábica) e finalmente compreende que as letras representam unidades menores que as sílabas: os fonemas da língua (hipótese alfabética. Entre esses dois momentos, haveria um período de transição (hipótese silábico alfabética).

O processo de construção do sistema notacional por adultos, mesmo o idoso, é semelhante ao das crianças, que foram sujeitos de pesquisa para a formulação da teoria da Psicogênese da Língua Escrita, que teve como as principais divulgadoras: Ferreira e Teberosky.

Assim como as crianças os idosos chegam às salas de aulas com vivências e ideias sobre o mundo da escrita e da leitura, e por esse motivo, devem ser mediados a construírem as suas reflexões sobre o SEA. Porém, por conta do acesso que os idosos já tiveram em relação às praticas de leitura e escrita, o processo de letramento difere do das crianças

Apesar de terem poucas produções que retratem a concepção construtivista na educação de jovens e adultos - EJA, e em turmas de idosos, já foi comprovado que os adultos apresentam “os *mesmos tipos/níveis de escrita*”, como evidencia um estudo realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, através das contribuições da psicogênese da língua e escrita.

Entretanto, se faz relevante reafirmar que essas apropriações devem ocorrer em contato com as diversidades textuais possibilitada pela sociedade, de modo que represente um significado e sentido para o alfabetizando, incorporando, inclusive, produções de textos, desconstruindo o pensamento de que a alfabetização, entendida aqui como um objeto de conhecimento, só existia em âmbitos educacionais.

Desse modo, na formação de idosos alfabetizados devem-se realizar produções de escrita e leitura, que os oportunizem escrever da forma que pensam naquele momento, o que possibilitará ao professor realizar diagnósticos sobre níveis de escrita dos alunos. E a partir daí desenvolver atividades que façam com que eles avancem no desenvolvimento da linguagem escrita e oral. Para tanto, faz-se importante a assunção pedagógica de que a cada hipótese em que a escrita, não está ainda coerente com a do padrão convencional constituem em evidencia de equívocos, são tentativas inteligentes de acertos, podendo ser considerados como *erros construtivos*. E, conforme for avançando em suas reflexões apresentará *conflitos cognitivos* toda vez em que perceber que sua escrita não condiz com a que ele se depara, realizando comparações. Diante disso, o professor deverá atentar-se para que possa mediar e intervir significativamente, contribuindo com a sua aprendizagem consciente e reflexiva sobre a leitura e escrita e, conseqüentemente, a sua apropriação.

Aqui, após estas compreensões, cabe ressaltar a pertinência do desenvolvimento de certas capacidades que facilitaram o acesso do aprendiz no universo do ler e escrever.

Partindo do pressuposto de que a escrita não é somente constituída pelo significado das palavras, mas também de partes sonoras, entendemos que o aluno terá que perceber e desenvolver também o aspecto sonoro dos escritos. Contudo isto se dá à maneira em que avança em suas reflexões sobre a linguagem, ou seja, adquirindo uma *consciência fonológica*, que conforme Moraes (1996 apud LEITE e MORAIS, 2005, p.73) assim se conceituam:

[...] é uma habilidade metalingüística que se refere à representação consciente das propriedades fonológicas e das unidades constituintes da fala, incluindo a capacidade de refletir sobre os sons da fala e sua organização na formação das palavras.

Porém, para que o aluno adquira essa habilidade é fundamental que o professor explore a palavra, que pode ser extraída de um texto ou que faça parte do *sistema de significação* do aprendiz, propondo atividades de compor e decompor palavras, de compará-las quanto as suas diferenças, semelhanças e tamanho, utilizando-se de rimas, aliterações, sistematizando as relações grafofônicas, enfim exercícios que os façam pensar sobre as pautas sonoras das palavras, para que com isto, entendam as estruturas e partes que compõem as palavras, que são as sílabas, os fonemas, e as letras. Essas *unidades da linguagem* articuladas formam palavras que designam significados e tem uma representação sonora.

Em suma, é necessário que a prática de alfabetizar esteja articulada com a de letrar que possibilite ao estudante idoso à aquisição da língua escrita de forma autônoma e competente, e através dessa apropriação, tenha mais condições de (re) inserir-se, interagir e exercer a sua cidadania perante a sociedade e em seus contextos sociais, produzir bens culturais, compreender e posicionar-se, consciente e criticamente em relação às transformações do mundo, e até modificá-las e por fim, para a construção de sua identidade como ser social, político e humano.

O professor deverá identificar o grau de letramento dos alunos idosos e suas relações com o mundo da linguagem. E então inicialmente trabalhar com o uso e a função da escrita e da leitura no cotidiano deles, para depois oportunizar outros usos que não sejam do contexto deles, tornando-os letrados para qualquer sociedade letrada.

E a alfabetização à luz da prática construtivista e do letramento viabiliza todas essas funções supracitadas. Contudo, é preciso um olhar sensível do professor para que este tipo de concepção em turmas de idosos

seja repensada, com o objetivo de contextualizá-la ao perfil desses alunos e pensá-los como sujeitos que já possuem muitos valores consolidados, sabedoria da vida e dificuldades condizentes com a própria idade.

4.0 ALFABETIZAÇÃO A PARTIR DE TEXTOS DA TRADIÇÃO ORAL

4.1 Oralidade e escrita

A sociedade necessita da linguagem para a sua própria existência e manutenção. É através dela que os indivíduos se organizam socialmente.

Pesquisadores que se dedicaram ao estudo da língua afirmam que se trata de um fenômeno que inacabado sujeita às modificações, com influências tanto do passado quanto do presente. Principalmente, por está presente nas situações cotidianas, de geração por geração acaba mantendo uma relação também com a cultura, ou seja, linguagem, sociedade e cultura interagem entre si.

Abordar sobre os termos oralidade e escrita nos faz pensar inicialmente sobre a sua importância e o seu papel dentro das sociedades. E percebemos o quanto utilizamos a língua oral e escrita para realizarmos das mais simples às mais complexas ações associadas ao nosso cotidiano, tais como: um telefonema, um recado, um bilhete, se precisamos encontrar um determinado lugar, redigir um documento, para oficializar uma queixa e, principalmente, em relação a nossas interações uns com os outros.

O que muitas vezes não nos atentamos é para a ideia que de que muitas pessoas recorrem apenas à língua oral para realizar essas interações, que é o caso daqueles que não se apropriaram da leitura e da escrita. Neste caso, estes sujeitos utilizam-se da linguagem oral para entrar em contato com textos escritos. Para terem informação sobre o que acontece em seu

país ou no mundo podem escutar o jornal no rádio, apoiando-se na linguagem oral. Ou então, se analisarmos uma peça de teatro, veremos que é através da oralidade que a mensagem é passada, embora a origem do texto seja escrito – o que seria a *oralização da escrita*. Assim como muitas vezes vemos publicações de conferências ou palestras em livros, revistas e etc., ou seja, foram textos escritos construídos a partir de textos orais – *editorização da fala*. Neste momento que a fala e a escrita estabelecem um relação.

Como nos afirmam Marcuschi e Dionisio (2005, p. 17):

As relações entre a oralidade e escrita se dão num contínuo ou gradação perpassada pelos gêneros textuais, e não na observação dicotômica de características polares. Isso significa que a melhor forma de observar a relação fala- escrita é contemplá-la num contínuo de textos orais e escritos, seja na atividade de leitura, seja na de produção.

A língua oral e escrita são fenômenos diferentes, que possuem história, funcionamento e representações distintas, mesmo referindo-se ao mesmo sistema: o linguístico. Entretanto, essas duas modalidades da língua – oral e escrita - dialogam, se imbricam, mantêm estreitas relações entre si.

A oralidade constitui-se como um legado cultural, que através dela membros de uma comunidade podem organizar as suas formas de convivência, o modo de agir e construir conhecimentos. Não sendo só uma produção individual, mas sim coletiva, que forma sujeitos culturais sociais e políticos ao mesmo tempo em que os tornam singulares em relação a outras sociedades.

Já a escrita, que foi uma descoberta posterior a língua oral, se dá através da aquisição de um sistema notacional convencional, por padrões formais estabelecidos com base na língua materna. E a língua escrita é aprendida na escola que tem como uma de suas funções ensinar a escrita e a leitura, assim como construir outros conhecimentos específicos, a partir desta aprendizagem.

Para posicionarmos de forma mais precisa em relação a estas duas práticas que coexistem na nossa sociedade, é importante conceituá-las, utilizando-se do conceito de Marcuschi (2001), que diz:

[...] a oralidade seria uma prática social interativa para fins comunicativos que se apresenta sob várias formas ou gêneros textuais fundados na realidade sonora: ela vai desde uma realização mais informal a mais formal nos vários contextos de uso. (2001, p. 21).

Desde quando estabelecemos as primeiras comunicações por meio da fala, normalmente, no contexto familiar, estamos desenvolvendo a oralidade. Para cada ambiente selecionamos uma linguagem oral adequada, o que demonstra a sua grande variação, e fazemos isto a todo o momento, já que somos indivíduos que participam de diversos eventos sociais, que por sua vez exigem interações orais, o que significa dizer que a oralidade oportuniza a inserção e sociabilização destes indivíduos.

Embora de modo diverso, assim como na escrita há uma organização na prática da oralidade que demanda um desenvolvimento do aspecto cognitivo, apropriando-se de capacidades e requisitos. No papel do falante é necessária uma organização de pensamentos, uma intenção a ser alcançada com a fala, tornando-a coesa e coerente para que ocorra a compreensão do que quer ser dito e, sobretudo a presença de um ouvinte, para validar a interação. Além dos recursos utilizados pela fala, como os gestos, olhares e entonação da voz.

Já a língua escrita, que possui elementos pictóricos e gráficos é construída de forma normativa com padrões estipulados pela sociedade acadêmica, seguindo convenções ortográficas e textuais, sendo ensinada pelas as instituições educacionais.

Devemos aqui então esclarecer que a língua oral e a escrita são modalidades que possuem especificidades quanto à sua organização, funcionamento e representação sendo práticas diferentes de produzir discursos. Mas, não devendo uma ser considerada mais importante do que a

outra, pois mesmo ocupando e sendo usada em funções distintas, a oralidade e a escrita se articulam.

O desenvolvimento oral se dá antes do que o da escrita, mas este domínio não garante aquisição da escrita. Então cabe a escola ocupar-se necessariamente com a construção da apropriação da leitura e da escrita. Porém, apesar dos sujeitos já ingressarem nas instituições educacionais com o domínio da linguagem oral, existem ainda conteúdos que devem ser abordado referente aos gêneros orais. Ou seja, é na escola que aprendemos qual a linguagem mais adequada, por exemplo, para apresentação de um seminário ou um debate. E para isto, conseqüentemente, estudarmos as suas características e suas implicações de seu uso.

Porém, aqueles que não conseguem garantir esta aquisição ou mesmo pelo fato de não terem a possibilidade de irem à escola, são impedidos de exercer determinados papéis, visto como importantes e prestigiados dentro do contexto social. Enfatizando que a maioria dessas pessoas é oriunda de classes sociais menos favorecidas e que acabam sendo submetidos ao preconceito social e a exclusão.

Assim, notamos uma valorização da escrita pela sociedade, o que explica uma ideia equivocada de superioridade da língua escrita sobre a oralidade, mesmo diante do fato de utilizarmos mais a fala do que a escrita.

Marcuschi e Dionisio afirmam (2005, p.5):

[...] não há razão alguma para desprestigiar a oralidade e supervalorizar a escrita. Também não há razão alguma para continuar defendendo uma visão dicotômica entre a fala e a escrita nem se justifica o privilégio da escrita sobre a oralidade. Ambas têm o papel importante a cumprir e não competem. Cada uma tem sua arena preferencial, nem sempre fácil de distinguir, pois são atividades discursivas complementares. Em suma, oralidade e escrita não estão em competição. Cada uma tem sua história e seu papel na sociedade.”

Então podemos compreender que a oralidade e a escrita são práticas que possuem características próprias e que em alguns aspectos se

assemelham e se diferem, mas que devem ser consideradas como forma de produzir discursos e textos, que por isto articulam-se, influenciam-se e assim estabelecem relações.

As relações entre a oralidade e a escrita que vamos focar nesse trabalho, dizem respeito àquelas que são estabelecidas a partir dos atos comunicativos, que se utilizam da linguagem do dia-a-dia para pensar sobre os textos escritos. Ou seja, nas situações em que os sujeitos se apoiam em textos orais e escritos para a produção de atividades de leitura e de escrita.

E é neste ponto que o trabalho da oralidade nas séries onde o aluno está aprendendo a língua escrita vai representar um facilitador para esta apropriação. Na construção da língua escrita, o aprendiz vai começar a relacionar a fala com o que está escrito a partir da linguagem oral. É quando em um texto passa a reconhecer determinadas palavras que usa oralmente. Neste momento vai se deparar com a escrita daquilo que escuta gerando questionamentos sobre a grafia da palavra, ao mesmo tempo em que percebe os sentidos que tanto a fala quanto a escrita podem trazer. Ou quando solicitado a produzir no papel aquilo que sabe e que já expressa através da fala, o que levará também a refletir sobre o funcionamento do sistema notacional alfabético.

Com base na concepção “alfabetizar letrando” (SOARES, 2001), as atividades devem contemplar os gêneros textuais assim como os diversos usos da língua, e a produção da escrita é feita mesmo antes da sua aquisição, a partir dos textos que já estão na memória do alfabetizando.

E se a oralidade auxilia na aprendizagem da escrita, nas salas de alfabetização devem ser valorizadas práticas orais que os alunos adquiriram antes de ingressarem na escola, considerando o seu contexto cotidiano e seu grau de letramento.

E é neste ponto que se torna defensável a tese do quanto é enriquecedora a prática de utilizar-se da oralidade em turma de idosos, devido ao fato de terem mais vivências possuem um significativo repertório

de práticas orais, ligado principalmente a sua herança cultural e, conseqüentemente a sua memória afetiva.

Neste caso, propomos o uso de práticas orais, em específico os textos da tradição oral como: os ditados e ditos populares, os provérbios, as parlendas, acalantos e adivinhas. Esses são discursos fizeram parte da sua história de vida e que muitas vezes são usados para interagir em seu meio familiar e social. Além de serem práticas lúdicas que propiciam a aprendizagem de forma significativa, prazerosa e contextualizada.

Assim, torna-se relevante abordamos no próximo tópico este outro aspecto da oralidade, a ludicidade relacionada aos textos da tradição popular.

4.2. Oralidade, tradição oral e ludicidade

É impossível pensarmos em uma sociedade sem o uso da língua, principalmente da língua falada, que é uma modalidade de linguagem que as pessoas se apropriam sem precisar de um ensino formal.

Marcuschi (2001, p.17) diz que “sob o ponto de vista mais central da realidade humana, seria possível definir o homem como um ser que fala e não como um ser que escreve”.

A língua oral é utilizada desde tempos da Pré-História e até hoje é a modalidade de linguagem mais usada. Depois do advento da escrita foi desvalorizada, acreditando-se que só a escrita poderia ser estudada e considerada como uma forma de produzir discurso. A partir dos anos 1960 a língua falada passa a ser vista como um objeto de estudo e de construções textuais, possíveis de serem analisadas e com características distintas dos textos escritos.

A oralidade exerce grande poder sobre as dinâmicas sociais, pois tem a capacidade de estabelecer relações de comunicação, expressividade e de transformação.

É também pelo seu uso que as histórias são contadas e recontadas, produzindo textos orais que incorporam os conceitos, ideias, sentidos e impressões da cultura do falante, que por sua vez utiliza-se da memória auditiva e afetiva para produzi-los.

E é nesta perspectiva que se constituem os textos da tradição oral, que se apóiam nas histórias, costumes e cultura de um determinado povo, mas que estão presentes nas mais diversas classes de uma sociedade.

Os textos da tradição oral são extremamente ricos e significativos, pois são originados do imaginário do povo, construídos com base nos fatos históricos, nos costumes, tradições e da nossa herança cultural, guardados na memória e incorporados por sujeitos sejam estes alfabetizados ou não.

São textos que estão presentes nas mais diversas situações do cotidiano, mantendo vínculos entre gerações, fazendo parte de repertórios familiares, entretendo e quase sempre associados a brincadeiras, que envolve musicalidade e corporeidade, podendo ser vistos inclusive como jogos orais, evidenciando seu caráter lúdico. Além de ser uma forma de expressão, de produzir conhecimento, de valorização cultural e manutenção da tradição.

Percebemos que muitas vezes o grau de letramento que os idosos possuem se deu pelo contato com os textos da tradição oral que são oriundos e típicos da região que nasceram e viveram, e que fizeram parte da sua infância, assim como ainda estão presentes em suas ações cotidianas, além de serem textos que já dominam.

Não é raro nos depararmos com muitos relatos de alunos da terceira idade que se utilizam dos textos da tradição oral. Tais como: cantigas, provérbios, adivinhas, parlendas, trava-língua, fábulas, acalantos e contos para interagirem, principalmente, em seu meio familiar, enquanto pais e avôs.

Assim as instituições educacionais que contemplam a alfabetização de idosos devem considerar esses repertórios para o contexto do alfabetizar e letrar recorrendo aos textos da tradição oral, pela sua natureza lúdica e pelo

valor afetivo que representa. Trazê-los para a rotina do alfabetizando idoso significa propiciar um ambiente de prazer e significado diante de um processo tão delicado e repleto de questões específicas do ensino com idosos.

Cabe aqui ressaltarmos a importância da ludicidade presentes nos textos da tradição oral para aprendizagem dos idosos, enquanto alunos a serem alfabetizados.

É preciso desconstruir concepções engessadas de que atividades lúdicas só fazem parte da alfabetização de crianças, pois com base em reflexões de estudiosos sobre a temática, a ludicidade ocorre quando em uma atividade alcançamos um momento de entrega e sintonia completa, ao ponto de nos desvincularmos de qualquer outra ação e entrarmos em contato com a nossa dimensão interna. Sendo, assim, podendo qualquer sujeito, independente da idade, vivenciar este momento de ludicidade ou *estado de ludicidade* (LUCKESI, 2007).

Contemplar os textos da tradição oral por meio de atividades lúdicas é valorizar a dimensão pessoal, cultural e social do alfabetizando idoso considerando suas experiências vividas, além destas práticas lúdicas ativarem a memória afetiva e incentivarem a criatividade.

É fundamental que antes de direcionar estes textos para o processo de aquisição da leitura e escrita, sejam dedicado amplos espaços de exploração de toda a sua riqueza, pelo seu caráter lúdico e porque são textos originalmente e verdadeiramente orais. Por meio de atividades orais de lembranças, recitações, cânticos, brincadeiras com as palavras, construções de rodas.

Assim serem usados para vivenciar, compartilhar, dramatizar para se apropriar deles ainda mais, explorar seus significados, os fatos culturais intrínsecos ocasionando ação através do ato da fala, da dança e do canto, utilizando-se então do prazer do uso da voz. (ZUMTHOR, 1997)

Criar um ambiente alegre e espontâneo de aprendizagem baseado na valorização das experiências culturais e sociais do alfabetizando é tornar o ato educativo significativo, promissor e fluente, isto é, proporcionar as relações sociais, que geram trocas e construções de conhecimentos e validar práticas de inclusão e sociabilização.

Diante de todas estas contribuições que a oralidade oferece através dos textos da tradição oral e ao considerar o idoso como um aluno que já tem conceitos e valores estabelecidos por conta da própria idade, não teremos como foco todos os textos que fazem parte da tradição oral. Dedicaremos as nossas reflexões aos seguintes gêneros orais: provérbios, ditados e ditos populares; cantigas de roda; acalantos, parlendas e as adivinhas, contextualizando para alfabetização de idosos.

Passaremos assim, a abordar seus conceitos, suas histórias, suas funções e exemplificando atividades associados aos gêneros em foco.

4.3 Textos da tradição oral na alfabetização de idosos

As parlendas, cantigas, trava-línguas, quadras, trovas, brincos, acalantos, adivinhas e o cordel que constituem a poesia oral e as fabulas, mitos, contos, provérbios, ditados populares, frases feitas e idiomáticas fazem parte da literatura oral e são considerados textos tradicionais. São gêneros textuais que são facilmente encontrados nos diversos contextos da nossa sociedade, sem autores identificados, que circulam de geração a geração, sendo utilizados por crianças até idosos.

Guardados em nossa memória afetiva são textos que foram muito usados quando crianças a exemplo das parlendas, cantigas de roda, trava-línguas, quadras, trovas, brincos, acalantos - que são classificadas, conforme Assumpção (2001 apud ARAUJO, 2011) como poesia oral infantil e as adivinhas, provérbios, ditos e ditados populares que são usados em

momentos marcantes que representaram um ensinamento, conselho ou aprendizagem.

Além de serem textos que valorizam a cultura e comumente são usados nas interações cotidianas, são textos curtos, entendidos como verdadeiros jogos orais, alguns acompanhados de ritmo e de rima, ricos em sonoridade que facilitam a sua memorização.

Os textos da tradição oral devido as suas características já mencionadas contemplam tanto à dimensão do letramento quanto da alfabetização.

Segundo Araújo (2011, p.20) trabalhar com estes texto é possibilitar o contato com:

[...] aspectos discursivos desses gêneros: rimas, ritmo, repetições, versos breves, métricas regular, sucessão ágil, aliterações (repetições consonantais), assonâncias (repetição de sons vocálicos), *nonsense*, aspectos gráficos da organização do texto, aspectos lúdico, sonoridade...

Podemos utilizar os textos da tradição oral para contemplar atividades com rima, tais como: a identificação, análise, o destaque e a criação que são essências na alfabetização. Pois quando o aluno realiza estas atividades desenvolvem a consciência fonológica que auxilia na compreensão do funcionamento do sistema alfabético. Assim como através do brincar com uma palavra retirada, por exemplo, de uma parlenda rica em sonoridade e ritmo, possa perceber que a palavra possui partes e que pode ser divididas em maiores ou menores, que por sua vez possui sonoridade.

Além disto, devido ao aspecto *nonsense* alguns textos da tradição oral permitem que o professor dê ênfase à sonoridade do que ao seu significado, dando valor a pauta sonora (ARAÚJO, 2011a).

Como são textos fáceis de serem memorizados e no caso dos idosos muito deles já dominam outro trabalho que pode ser feito com os gêneros orais da tradição é o ajuste do que se fala para o que se escreve.

Quando o aluno realiza uma atividade com texto que já conhece, ou seja, que sabe de cor, o professor propicia a descoberta de algumas implicações que existe entre a oralidade e escrita, e que são fundamentais no processo de alfabetização. Como afirma Araújo (2011, p.22):

Textos que se sabe de memória ajudam a criança (ou o adulto não alfabetizado) a descobrir que tudo que se fala, se escreve – e na ordem em que são ditas as palavras. Isto não é algo evidente para quem não é alfabetizado e ainda não descobriu a relação entre a fala e a escrita.

É neste exercício que o aluno percebe que existe uma organização até no ato de escrever, uma delas é se da conta que escrevemos da esquerda para a direita.

O alfabetizando em uma tarefa de colocar em ordem uma frase ou um texto que já sabem de cor tem a possibilidade de ajustar a fala à escrita, mesmo sem saber ler convencionalmente, assim como vai refletir e realizar suposições, vão associar e comparar a grafia com o som e, conseqüentemente, irão surgir questionamento do tipo: se com a mesma letra podemos escrever várias palavras, se algumas palavras são formadas pela junção de outras, que o tamanho do objeto não tem relação com a grafia da palavra (realismo nominal) e que uma mesma parte pode estar em outras palavras com significados distintos entre outras descobertas que fazem parte da apropriação da leitura e escrita. E para aqueles que já estabelecem relação entre a pauta sonora e segmentos escritos vão poder reconhecer e identificar, mesmo sem saber ler efetivamente (ARAÚJO, 2011b). Todos estes conflitos são construtivos, extremamente importantes para esta aprendizagem.

Entretanto para refletir sobre a alfabetização de idosos, vamos abordar os textos da tradição oral que mais fazem parte do seu sistema de significação e que seja mais adequada a sua faixa etária.

Porém, cabe ressaltar que propomos que os aspectos lúdicos destes textos sejam sempre incorporados, enfatizados e explorados no processo de

apropriação da escrita e da leitura. Entretanto é necessário que exista uma sensibilidade do alfabetizador para que não infantilize este processo, tornando-o incoerente e desmotivante para esta clientela.

Para isto é essencial que o professor faça inicialmente uma pesquisa sobre quais textos fazem parte do repertório dos alunos para trabalhar considerando esse repertório e também para que possa ter uma base de que outros textos da tradição oral podem ser apresentados à turma.

Além de realizar o trabalho de exploração oral – fundamental por serem gêneros genuinamente orais – é importante também demonstrar outros meios em que estes textos podem ser encontrados como nas novelas, no teatro, no cinema, na música, nas revistas e jornais evidenciando que podem assumir outras formas contemporâneas, criativas, contemplando assim a dimensão do letramento.

Alguns autores que se dedicam em propor atividades para turmas de alfabetização sugerem que através dos gêneros orais seja feito “pseudoleituras tida como uma simulação importante para o aprendizado da leitura, pois se configura como um comportamento leitor, que é conteúdo a ser aprendido” Lener (2002 apud ARAÚJO, 2011 p.22) que ajudam os alfabetizando na tarefa de ordenarem em partes fatiadas os textos da tradição oral que já sabem de cor ou até mesmo em palavras como um exercício de escrita, assim como organizarem listas e acervos destas expressões orais populares. Ressaltando que os textos da tradição oral são práticas da linguagem oral não devendo perder esta essência.

Um material bastante relevante para a alfabetização é o fatiado. Trata-se de recortarmos o texto em versos, estrofes, frases, palavras, sílabas e letras, e daí desenvolvermos diversas atividades contemplando desde “pseudoleituras” à reflexão fonológica.

Propomos o uso do fatiado em versos ou estrofes para aqueles que ainda só conseguem identificar poucas ou partes de palavras. E que os textos escolhidos apresentem rimas e a repetição das palavras que irão

ajudar na identificação, no caso da alfabetização de idosos, as parlendas e os acalantos.

Com os fatiados de palavras pode ser feita a leitura coletiva, entretanto será um desafio para quem já consegue reconhecer mais palavras, inclusive com apenas uma letra.

Para as atividades que podem contemplar tanto a escrita quanto a leitura é adequado usar os fatiados com sílabas, mas para o aluno que já reconheça segmentos de estrofes. São atividades que ajudam ao aluno perceber que a maioria das sílabas são composta por mais de uma letra. E por fim o fatiado com letras que o aprendiz terá que de fato escrever as palavras com o alfabeto móvel, o que levará a pensar na grafia ortográfica, daí é essencial que o professor der o numero correto de letras, pois se sobraem alguma o aluno terá que refletir sobre qual palavra não está escrita da forma convencional. (ARAÚJO, 2011c).

Outro aspecto que devemos considerar é o trabalho em dupla ou grupos que podem ser heterogêneos. Ou seja, alunos com hipóteses diferentes, mas que no momento que realizem trocas de conhecimentos propiciem um avanço produtivo no processo de reflexão sobre a escrita e leitura. Contudo, o professor tem que sempre pensar na hora de formar duplas ou grupos a fim de garantir o surgimento de conflitos construtivos para que um aluno possa confrontar com o outro o seu modo de pensar sobre a escrita tornando efetiva a aprendizagem.

Então, a partir disto o professor pode realizar exercícios com o material fatiado de identificação de versos, frases ou palavras, completar as frases ou textos, fazer a leitura explorando as rimas auxiliando no desenvolvimento das habilidades fonológicas assim como solicitar que acompanhe a leitura com o dedo de textos já memorizados fazendo com isto que o aluno possa fazer uma relação entre o que escuta e o que está escrito, ordenar as estrofes, versos ou frases e criar novas parlendas e adivinhas, respeitando a estrutura textual dos mesmos, entre outras atividades.

Nessas propostas o professor deve sempre procurar propor atividades adequadas para cada nível em que os desafios sejam viáveis para não gerar uma desmotivação por conta dos alunos, principalmente os idosos.

Partindo do pressuposto que são textos que fazem parte do cotidiano dos idosos e que, conseqüentemente, já sabem de cor, vamos abordar os provérbios, ditados e ditos populares que são usados em suas interações sociais. E os acalantos, parlendas e adivinhas, que são jogos orais que são utilizados como forma de brincadeira com seus netos, bisnetos ou com outras crianças que fazem parte do seu convívio social.

Como os provérbios, ditados e ditos populares de certa forma fazem mais parte do universo lingüístico dos adultos e idosos do que das crianças iremos abordá-los separadamente das parlendas, acalantos e adivinhas.

4.3.1 Provérbios, ditados e ditos populares

Os provérbios, ditados e ditos populares são gêneros da tradição oral que não são poéticos musicais. São textos que possuem um caráter dinâmico, pois circulam entre todas as classes da sociedade. São usados para uma determinada situação com a intenção de passar uma sabedoria, uma ideia, um conselho ou uma lição, sendo considerados ensinamentos populares. Ultrapassam fronteiras geográficas, existindo em cultura de diversos países. Contudo os textos da tradição oral podem variar dependendo do lugar, dos costumes e hábitos.

Os provérbios (ditados) e ditos populares possuem algumas características que os diferenciam.

O termo provérbio tem origem do latim, *proverbium*. (ARAÚJO, 2011d) Caracterizam-se por serem expressões pequenas ou longas que retratam as experiências vividas pelo povo. Os provérbios possuem um grande poder argumentativo, apoiados no sentido figurativo repletos de significado e

marcas culturais, valores e morais de um povo e vistos como verdades incontestáveis.

Os provérbios são usados a depender do contexto, referindo-se a muitos assuntos e momentos que podem ser de alegria, de tristeza, de consolo, de coragem, de amor e sentimentos que fazem parte das relações humanas.

Os anexins que são de origem árabe, *na naxid*, são ditos sentenciosos, criados pelo povo, assim como os ditados, provérbios e adágios. Como nos indica Pinto (2000 apud ARAÚJO, 2011) existem alguns sinônimos para os provérbios como: aforismos, rifão, sentença, exemplo, apotegma ou ditado popular como é conhecido aqui no Brasil entre outros.

Já em relação aos ditos populares, também conforme Pinto (2000 apud, ARAÚJO, 2011), são pensamentos pronunciados por pessoas que marcaram a humanidade e que ficaram na memória do povo. Assim, podem ser considerados ditados e provérbios, mas com autores conhecidos, que são falados e repetidos tornando-se comuns e populares.

Há também as expressões idiomáticas ou frases feitas que são compreendidas a partir do seu sentido figurado, pois as suas palavras pronunciadas fora de uma situação não evidenciam significado. Caracterizam-se por recorrerem as metáforas, metonímias e outras figuras de linguagem. São conhecidas também como idiotismos, idiomatismos ou cronolectos (ARAÚJO, 2011e).

Todas estas formas de linguagem oral, que são intensamente usadas para a nossa comunicação, designam significados que são construídos através das histórias, sabedoria, conhecimentos, costumes e hábitos cotidianos de um determinado povo.

Por isto incorporá-las a rotina das turmas de alfabetização de idosos, além de enriquecer o processo de alfabetização, contempla o letramento. Pode fazer parte da prática do professor atividades nas quais estes textos de forma fatiada em partes, palavras ou letras sejam solicitados a serem

colocadas em ordem ou para juntar as palavras completando os provérbios, ditados ou ditos populares. Assim como aproveitar-se do jogo de linguagem que são próprios destes textos orais entre o sentido conotativo e denotativo, explorando seus sentidos. Estes tipos de atividades são bastante pertinentes para aqueles que estão refletindo sobre a escrita das palavras ou na sua leitura.

4.3.2 Parlendas, acalantos e adivinhas

A parlenda é considerada um gênero da poesia oral infantil de organização rítmica formada por versos, que podem apresentar rima ou não.

Como herança dos portugueses que as denominam de lengas-lengas ou cantilenas, já fazem parte da cultura brasileira há muito tempo sofrendo influências e adaptações ao passarem de geração por geração, sendo uma prática baseada na oralidade e no anonimato. São também vivenciadas por culturas de outros países, a exemplo da França e da Inglaterra, conhecidas respectivamente como: “rimes populaires” e “folk rhymes”.

Conforme Câmara Cascudo (1984 apud ARAUJO, 2011, p.18) existem vários tipos de parlendas como as: mnemônicas, brincos e as próprias parlendas. Porém na classificação de Assumpção (2001 apud ARAUJO, 2011, p.18) mais duas são acrescentadas: as fórmulas de escolhas e as lengas-lengas. Ela as divide da seguinte forma:

Fórmulas de Escolha: para escolher uma pessoa para iniciar uma brincadeira ou jogo. O exemplo: “uni, duni, tê salamê míngüe.”

Brincos: para as ações cotidianas de uma criança como comer, tomar banho, se vestir, entreter e acalmar assim como para aprender sobre seu corpo. O exemplo: “Palminha, palminha, Palminha de guiné, pra quando papai vier...”

Mnemônicas: para fixar nomes, números e sequências. O exemplo: “um dois feijão com arroz...”

Lengas-lengas: nonsense e repetição

Parlendas propriamente ditas: Relacionadas às brincadeiras ou a regras de convívio. Por exemplo: "Rei, soldado, ladrão, moça bonita do meu coração" ou "Quem cochicha o rabo espicha"

Através das parlendas, podemos jogar com as palavras, incorporá-las em brincadeiras e jogos usando o movimento do corpo.

Apesar das parlendas serem textos direcionados para as crianças, fazendo parte da sua cultura lúdica, seja na escola, principalmente na Educação Infantil, em casa por meio das interações dos pais e avôs, ou seja, dos familiares, que as usam para entreter, para demonstrar carinho e até mesmo para tranquilizar os bebês e as crianças.

A partir do levantamento das parlendas que usam, que conhecem, pode-se, inclusive, trazer novas parlendas dos mesmos tipos para que os idosos possam incorporá-las ao seu repertório, pois os gêneros já fazem parte do seu sistema de significação. Ou tentar trazer outras parlendas, a depender do ritmo e aceitação da turma.

Outro gênero da tradição oral que pode ser considerado para alfabetização de idosos são os acalantos ou canções de ninar. Os acalantos são músicas cantadas pelos pais, avôs, parentes ou aquele que esteja colocando um bebê para dormir. São bastante conhecidas sendo marcantes para muitas crianças ou adultos que até hoje se recordam do momento de cumplicidade, de zelo, carinho e amor vividos com os pais ou uma pessoa querida que os cuidassem. Ou seja, são textos que os idosos já dominam e que têm uma representação afetiva. São muito usados independentes da classe social ou do grau de conhecimento.

Segundo Almeida (1926 apud RAZUK, 2010, p.34):

O acalanto, canção ingênua, sobre uma melodia muito simples, com que as mães ninam os filhos, é uma das formas mais rudimentares do canto, não raro com uma letra onomatopaica (com palavras cujo som tenta imitar o que significa), de forma a favorecer a necessária monotonia, que leva a criança a adormecer.

As canções de ninar fazem parte do folclore brasileiro sendo mais uma herança portuguesa e depois com influências africanas e indígenas. Foi no Brasil, muito cantadas pelas escravas que cuidavam das crianças de seus donos, um dos motivos pelo qual foram entrando em várias classes sociais.

É nesta perspectiva que, mesmo que as parlendas e os acalantos sejam considerados poesias da literatura oral infantil podemos utilizá-los para o trabalho com idosos, pois são textos que além de terem feito parte das suas brincadeiras e vivências enquanto crianças ainda estão presentes em suas relações com seus familiares. Inclusive, isso facilita o trabalho de incorporar novos textos destes tipos aos seus repertórios, o que faz com que a aprendizagem por meio destes textos da tradição oral seja significativa e contextualizada.

Com base nesta mesma percepção que também convém incorporarmos as adivinhas, que são textos curtos que se apresentam em forma de prosa ou verso, que pode ter rimas, de duplo sentido, desafiador e enigmáticos que através do jogo das palavras propõem uma adivinhação.

É também popularmente conhecida como “O que é o que é?”, sendo esta a maneira dita para iniciar o jogo.

Weitzel (1996 apud ARAÚJO, 2011, p.39) conceitua as adivinhas como:

[...] uma fórmula enigmática em verso ou prosa, cujo tem vem descrito despistadamente, através de suas causas, efeitos, contatos, qualidades, equívocos, semelhanças ou diferenças, muitas vezes em termos ambíguos e até obscuros, para quebrar a cabeça de seu adivinhador.

Estão presentes nas adivinhas as figuras de linguagens como a metáfora, a homonímia, analogia, trazendo traços marcantes do sentido figurado das palavras, o que ajuda a confundir e atrapalhar a pessoa que está tentando encontrar a resposta da adivinha.

Acertar uma adivinha demanda raciocínio, criatividade, imaginação, associações de ideias, fazendo com que o decifrador reflita sobre a brincadeira, porém de forma divertida e alegre, evidenciando o caráter lúdico deste gênero da literatura oral popular.

As adivinhas já eram praticadas desde Antiguidade, em diversos lugares, constituindo-se em uma verdadeira herança cultural universal. Ora de caráter religioso, místicos, sagrado, de forma misteriosa e aqueles que acertavam as adivinhas eram visto como homens inteligentes.

Além de estarem presentes em vários países, enfatizando seu caráter universal, podemos encontrar facilmente pessoas das cidades interioranas, principalmente nordestinas, pronunciando as adivinhas, fazendo parte dos seus momentos de lazer, no meio de uma prosa ou “carregadas como de praxe no bojo da renitente tradição oral, sempre divertindo, espicaçando, ensinando.” (WEITZEL, 2000 apud ARAÚJO 2011).

Para Weitzel (2000 apud ARAÚJO, 2011) as adivinhas exercem funções: **pedagógica**, pois são textos ricos em situações-problemas, evidenciando seu fator educativo que contribuem com a aprendizagem. Realizando um papel importante nas series de alfabetização por serem textos pequenos, que já estão na memória do aluno ou até mesmo são fáceis de serem memorizados e enquanto gêneros orais com grande poder de circulação dentro da sociedade. Além das adivinhas abordarem vários assuntos junto aos saberes do povo e ser parte do folclore brasileiro.

Muitas crianças aprendem as adivinhas na escola e com seus familiares de forma lúdica e descontraída. Assim como muitos adultos em momento de entretenimento utilizam-se das adivinhações, estabelecendo uma **função social**, que também estão presentes nas relações e interações sociais fazendo parte dos costumes e muitas vezes são criadas com base nos hábitos do próprio povo, por isto, percebemos também a função cultural, mesmo que não faça parte da classificação feita por Weitzel (2000 apud ARAUJO, 2011).

Também exercendo a **função literária** influenciando a literatura, visto que muitas pessoas dedicam-se a serem contadores de adivinhas, incorporando-as em suas obras, livros, no teatro, como Câmara Cascudo no livro “*Contos de adivinhações*”, aonde no meio das histórias surgem adivinhas que criam um clima de mistério, atenção e motivação no momento da leitura.

E é na motivação de descobrir o enigma que aquele que pronuncia a adivinha iniciando o jogo de envolver a o decifrador, de fazer com que o desejo da descoberta os envolva, tornando o momento prazeroso e acima de tudo lúdico, que podemos identificar a **função psicológica**, evidenciando aspectos intelectuais e emotivos.

Assim como as parlendas existem vários tipos de advinhas como: enigmáticas, as literárias, as camufladas, travadas, encadeadas, seriadas, ardilosas e replicadas. Porém, Weitzel (2000 apud ARAÚJO, 2011) nos apresenta a seguinte classificação:

- **Charadas:** são quando encontramos as respostas dentro do próprio texto através da junção de palavras ou sílabas;

- **Adivinhas indagativas ou perguntas:** caracterizam por terem questionamentos através de frases curtas e com respostas irreverentes;

- **Adivinhas numéricas, problemas-advinhas ou problemas:** como próprio nome designa usam números para solucionar os cálculos

- **Pantomimas:** sem recorrer ao texto escrito, utiliza-se da linguagem corporal como gesto e mímicas para fazer as adivinhações

- **Criptogramas:** o decifrador tem que adivinhar qual o desenho de duplo sentido;

- **Contos de adivinhação:** já citado acima como exemplo são quando usam adivinhas dentro das narrativas em coerência com a história.

Através desta classificação podemos perceber a quantidade de adivinhas que circulam e estão inerentes nas nossas formas de se expressar, falar e até mesmo escrever.

Entretanto, tratando-se de uma turma de idosos é fundamental enfatizarmos a necessidade de o professor fazer um levantamento do repertório dos alunos para saber quais já sabem de cor, pois estas são mais relevantes inicialmente para o trabalho de alfabetização.

Mesmo que algumas adivinhas não estejam tão presentes na linguagem cotidiana dos idosos, cabe aqui também pensarmos na possibilidade de propormos um trabalho com adivinhas que fazem parte do repertório das crianças com as quais os idosos têm contato, normalmente seu neto e bisnetos. Incorporá-los pode surgir de uma proposta de conhecer quais tipos de textos tradicionais seus entes têm contato e aprendê-los com a intenção não só de expandir a lista de adivinhas, mas de estreitar as suas interações com seus netos, bisnetos e outras figuras infantis do seu convívio.

É possível realizar atividades com as adivinhas por meio dos fatiados. Entregar as adivinhas inteiras e mais de uma resposta com grafias e sonoridades parecidas e solicitarem que encontrem as respostas. Para os que já têm um domínio entregar a adivinha fatiada em letras e sem a resposta, para que depois com as letras móveis possam “escrever” a resposta. Contudo é interessante que faça estas atividades em grupos com alunos em hipóteses diferentes para validar as trocas de conhecimentos, entretanto sem disparidades de nível para não ocorrer uma desmotivação, principalmente no caso dos idosos.

No caso das adivinhas os alunos que ainda não têm autonomia na leitura devem também memorizar as respostas, pois quando forem fazer uma atividade em que tenham que encontrar a resposta diante de algumas palavras possam seguir pistas, através de conhecimentos que já tenham adquiridos sobre a sonoridade das palavras. Deixando as atividades de descobrirem a resposta escrita sem saberem de cor para os que já possuem certo domínio na leitura.

Porém o que vai tornar o trabalho enriquecedor e produtivo com os textos da tradição oral, pensando também nos provérbios, ditados e ditos populares é explorar toda sua riqueza, em um contexto lúdico, cantando, recitando e pronunciando em forma de jogos e de brincadeiras, sem perdemos a valorização da sua origem enquanto gênero textual da linguagem oral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concretizar os objetivos principais desta monografia foi preciso compreender que antes de pensarmos em quaisquer tipos de prática para as turmas de idosos faz-se necessário entender o contexto do qual fazem parte. Percebemos que por mais que os idosos estejam adotando outras posturas, ainda sofrem com a exclusão e preconceito tendo que conviver com ideias estereotipadas sobre a velhice, inclusive no próprio meio familiar.

Compreendemos que mesmo diante dos conflitos sociais e limitações biológicas próprios da terceira idade os idosos buscam pela valorização humana, a inserção social e o resgate do prestígio enquanto cidadão na sociedade. E isto faz com que se coloquem no lugar de aprendizes, procurando vencer medos, angústias, limitações e o próprio preconceito.

Outra questão que foi fundamental abrangermos refere-se à alfabetização e letramento. Vimos que apesar de serem processos diferentes são interdependentes. Conceituamos alfabetização como apropriação do sistema alfabético, ou seja, o domínio da tecnologia da leitura e da escrita, e o letramento como o fenômeno que possibilita o desenvolvimento competências de competências lingüísticas e sociais para que o sujeito possa fazer uso efetivo das funções das diversas formas de linguagem presentes na sociedade.

A partir disto, ajuizamos que a aplicação de princípios da concepção construtivista de alfabetização com idosos, que defende a ideia de que o aluno devendo, portanto, construir o seu processo de apropriação de leitura e escrita, refletir sobre o sistema alfabético, levantar hipóteses e realizar “pseudoleituras” fazendo suposições e inferências. Nessa perspectiva, o professor é responsável por propiciar atividades que façam com que o aluno confronte as ideias que já tenham com as novas sobre a leitura e a escrita através do contato com variados gêneros textuais.

Afirmamos que os textos da tradição oral são significativos, pois além de estarem presentes intensamente nas interações sociais são gêneros textuais que os idosos fazem uso mesmo não sendo alfabetizados.

Com isto passamos a discorrer sobre a oralidade, visto que os textos da tradição oral são originados da linguagem falada. Falamos do *continuum* que existe entre a oralidade e a escrita, onde em muitas situações nos apoiamos em textos orais para escrevermos assim como usamos a linguagem oral a partir de textos originados da linguagem escrita - o que é chamado de *editorização da fala e oralização da escrita*, respectivamente. Ou seja, neste momento estabelece uma relação entre estas duas formas de construir discursos. (MARCUSCHI e DIONISIO, 2005)

Observamos também sobre outros aspectos intrínsecos na oralidade, como a tradição presente em textos orais e a ludicidade. Através da oralidade costumes, saberes, valores e até ensinamentos são perpassados por diversas gerações, fazem parte do legado cultural do país. E muitas vezes, associados a gêneros orais estão os aspectos lúdicos como: o jogo de palavras, a música, o ato de recitar, a poesia, o encantamento e imaginação, que propiciam momentos lúdicos, de prazer e satisfação. Todas estas questões que se articulam com a oralidade foram influentes na escolha de refletir com mais afinco sobre os textos da tradição oral.

Por fim ao analisar os seguintes textos da tradição oral: ditado, dito e provérbios, parlendas, acalantos e adivinhas, pois consideramos estes como os mais adequados para alfabetização de idosos.

Ao analisarmos a história, funções, estrutura textual e uso destes gêneros da tradição oral, compreendemos que são textos comumente usados nas formas de expressões e comunicações sociais independente da classe social de seus usuários; valorizam a cultura e os saberes populares; propiciam a ludicidade, apresentam-se em forma de ensinamentos, brincadeiras e músicas.

Muito dos textos da tradição oral fazem parte do repertório vocabular dos idosos e por isso, o que é extremamente significativa para apropriação da

leitura e escrita, pois a partir destes gêneros, atividades de reflexão podem ser realizadas fazendo com que percebam: que tudo que se fala pode ser escrito, a relação entre pauta sonora e a grafia das palavras e que reconhecem palavras dentro do próprio texto. Além disto, são textos fáceis de serem memorizados por serem curtos ricos em rima e figuras de linguagem – o que também possibilita o jogo com as palavras outro aspecto que favorecem a reflexão sobre a leitura e a escrita.

Assim a produção desta monografia nos fez entender que os textos da tradição oral de fato privilegiam o processo de alfabetização de idosos.

Trazer para o centro da discussão assuntos como: a terceira idade, o letramento, alfabetização e suas concepções, linguagem (oral e escrita), a ludicidade e a cultura popular, contribuiu para a desconstrução de concepções engessadas e limitadas referente à alfabetização. Daí notamos que é importante ao adaptar práticas, muitas vezes usadas só para crianças e incorporá-las no trabalho com adultos, realizar um exigente estudo crítico e reflexivo, pois cada vez que abordamos estes temas, temos a oportunidade de compreendermos ainda mais estes processos e repensarmos as nossas práticas, o que influencia diretamente na qualidade e na efetivação do nosso ensino.

O nosso desejo é que este estudo seja mais um instrumento de reflexão e contribuição sobre uma temática tão pertinente e atual.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Eliana B. Correia. “Alfabetizar sem o “bá-bé-bi-bo-bu.”: uma prática possível. In: LEAL, T.F; ALBUQUERQUE, E. B. C. de (org.). **Desafios da educação de jovens e adultos: construindo práticas de alfabetização**. 1ed., 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ARAÚJO, Liane Castro de. [...] **Quem os desmafazizar bom desmafazizador será: textos da tradição oral na alfabetização**. ARAÚJO, Liane Castro de; ARAPIRACA, Mary (org.). Salvador. EDUFBA, 2011.

Cagliari, Luiz C. Alfabetização: o duelo dos métodos. In: SILVA, Ezequiel T. da. **Alfabetização no Brasil: questões e provocações da atualidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

CERVO, Amado; BERVIAN, Pedro. A pesquisa. In: CERVO, Amado; BERVIAN, Pedro. **Metodologia Científica**. São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil, 1976.

DIONISIO, Ângela P.; MARCUSCHI, Luiz A. Princípios gerais para o tratamento das relações entre fala e escrita. In: MARCUSCHI, L. A; DIONISIO, A.P. (org). **Fala e escrita**. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

LEAL,T.F;ALBUQUERQUE,E.B.C de;MORAIS,A.G.de. In: **BRASIL, Ministério da Educação: Ensino Fundamental de nove anos:orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade.Ministério da Educação.Secretária da Educação Básica**.Departamento de Educação Infantil e Ensino Fundamental.Brasília.FNDE, Estação Gráfica, 2006.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Ludicidade e desenvolvimento humano. In: D’ÁVILA,Cristina (Org.).**Educação e Ludicidade: ensaios 04**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Gepel, 2007.

LEITE, Olivia S.L; DUARTE, José B. Aprender a Ler o Mundo: Adaptação do método de Paulo Freire na alfabetização de crianças. **Revista Lusófona de Educação**, Núm.10, 2007, pp. 41-50 Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Portugal. Disponível em:
<http://www.redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCredalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=34911872004>

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para escrita**: atividades de retextualização. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MEDONÇA, Onaide Schwartz; MEDONÇA, Olympio Correa. Os métodos de alfabetização. IN: MEDONÇA, Onaide Schwartz; MEDONÇA, Olympio Correa. **Alfabetização : método sociolingüístico : consciência social, silábica e alfabética em Paulo Freire**. São Paulo. Cortez, 2007.

MONTEIRO, S. M, BAPTISTA, M.C: Dimensões da proposta pedagógica para o ensino da linguagem escrita em classes de seis anos. In BRASIL, Ministério da Educação. **A criança de 6 anos, a linguagem escrita e o fundamental de nove anos: orientações para o trabalho com a linguagem escrita em termos de crianças de seis anos de idade**. Francesca Isabel Pereira Maciel, Monica Correia Baptista e Sara Mourão Monteiro (orgs.). Belo Horizonte: UFMG/FAE/CEALE, 2009.

MORAIS, A.G; ALBUQUERQUE, E.B.C. de; LEAL, T.F. **Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética**. Belo Horizonte. Autêntico, 2005.

RAZUK, Natália. Histórias Infantis e Cantigas de ninar: Formando o universo lúdico do bebê e da criança. Total Saúde, ano 4, Ed.40, dezembro, 2003.

Disponível em:

<http://www.revistatotalsaude.com.br/Edicoesflash/Edi%C3%A7%C3%A3oDezembro2010/tabid/110/language/pt-BR/Default.aspx>.

REGO, Lúcia Lins Browne. **Alfabetização e letramento: Refletindo sobre as atuais controvérsias**, 2006. Disponível em: [http:// www.portal.mec.gov.br/seb](http://www.portal.mec.gov.br/seb).

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Revista Brasileira de Educação n.25 Rio de Janeiro Jan./Abril. 2004.

ZUMTHOR, P. Presença da voz. In: ZUMTHOR, P. **Introdução à poesia oral**. São Paulo: Hucitec, 1997.